

Roberto Hofmeister PICH (Ed.), *Anselm of Canterbury (1033-1109) Philosophical Theology and Ethics*. Proceedings of the Third International Conference of Medieval Philosophy, held at the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre/Brazil, 2-4 September 2009, (Textes et Études du Moyen Âge, 60) Fédération Internationale des Instituts d'Études Médiévales, Porto 2011; 243 pp.; ISBN: 978-2-503-54265-2.

No prefácio e na introdução Roberto Hofmeister Pich enuncia o propósito a que se deve esta publicação, dedicada a Anselmo de Cantuária. Trata-se de um conjunto de ensaios reunidos em torno da teologia filosófica e ética, que foram apresentados no Congresso Internacional de Filosofia Medieval na Universidade Católica Pontifícia do Rio Grande do Sul em Porto Alegre (PUCRS), que decorreu entre os dias 2 e 4 de setembro de 2009. Estes contributos são dados agora à estampa, graças ao apoio financeiro e institucional da CAPES e da Universidade Católica Pontifícia.

O volume inclui 10 estudos académicos dedicados ao pensamento do *doctor magnificus* (cfr. Índice abaixo). Assim, o primeiro estudo analisa *per se* o método anselmiano, apontando para três palavras-chaves que descrevem o processo genético da sua constituição: «Tácita omni auctoritate (...) sola ratione», «unum argumentum», e «remoto Christo necessariis rationibus». As duas primeiras são específicas do pensamento do jovem prior de Bec, enquanto que a última é usada, particularmente, no período da sua atividade eclesiástica de arcebispo e com um sentido marcadamente teológico “com o fim de clarificar o mistério da encarnação” (pp. 1-2). De fato, o método anselmiano denota o carácter «revolucionário», que o historiador Guilherme de Malmesbury, coevo de Anselmo, denotou conscientemente (p. 3). A primeira etapa assenta na *saltem sola ratione* patente no *Prooemium* do *Monologion*; a segunda no *unum argumentum* do *Proslogion* e a terceira no *Cur Deus Homo*. Cada uma destas etapas põe em marcha uma dialética própria a cada uma delas, evidenciando a capacidade de compreensão do homem (p. 8), mas também, aquilo mesmo que a ultrapassa. É por esta razão que, segundo o autor, o argumento «ontológico», tal como foi denominado a partir de Kant, perde a sua verdadeira justificação, na medida em que ele se desenvolve não a partir da perspectiva do ser mas antes, na perspectiva exclusiva da grandeza (p. 7), respondendo assim o autor deste estudo à concepção erroneamente forjada na modernidade como «argumento ontológico». Já o segundo estudo, prolongando a reflexão anselmiana na linha de uma proximidade com a atitude filosófica agostiniana, indaga se não haverá, na obra especulativa do monge de Le Bec lugar para uma combinação entre filosofia e

teologia, a que se associa um irreduzível e lúcido método de pensamento filosófico (p. 26). Para isso, o autor propõe uma leitura onde ecoa a atitude agostiniana no primeiro capítulo do *Proslogion*, perscrutando alguns dos conceitos mais importantes do mestre de Hipona como seja o par *distentio-extentio* apontando o autor, de seguida, para uma releitura da *extensio* nas *Confissões*, que adquire em Santo Anselmo um sentido amplo e profundo, através da noção de *altitudo*. Esta noção mostra, por um lado a sua inspiração agostiniana, mas demonstra por outro, que apesar dela não renunciar a atingir o cume da existência de Deus, isso não implica que se possa atingir a sua sublimidade (p. 33). Por isso, não há comparação possível entre o intelecto humano e esta infinita *altitudo*. Daí que o *modus philophandi* do mestre de Hipona e do Arcebispo de Cantuária, ainda que possam diferir no método, coincidem na atitude filosófica quando passam da *scientia* para a *sapientia* (p. 35).

Sucedese a proposta de leitura do terceiro estudo sobre a «ideia» ontológica de Deus na elaboração do argumento anselmiano. É uma leitura analítica e bem fundamentada, a partir do *unum argumentum* (UA) do *Proslogion*, que tem o intuito de avaliar o seu significado lógico e ontológico nos capítulos II-IV (pp. 45-55), passando de seguida, para a análise da função argumentativa do UA, através da noção de existência de Deus, compaginando o debate de Anselmo com Gaunilo para, finalmente, equacionar a essência de Deus nos capítulos V-XXVI do *Proslogion*, terminando com a questão de saber se o UA é «uma prova ontológica da existência de Deus» (p. 63).

O quarto estudo tem como tema central avaliar a noção de Ideia no argumento de Anselmo. O objectivo deste artigo visa a compreender o argumento da existência de Deus, em *Proslogion* II-IV, comparando a doutrina da verdade, exposta por Anselmo no seu *De veritate*. É à luz desta relação que o *unum argumentum* poderá receber uma nova interpretação quando se entende que a prova de que «Deus vere esse» e que «vere esse, no *Proslogion*, deve ser acompanhada não só pelo propósito de compreender o que a fé dá, mas também, a de uma verdade que é procurada (p. 74). Por outro lado, torna-se necessário avaliar como o argumento tem em conta as «ideias» e as «cogitationes» na mente (p. 76). É por esta razão que o autor deste artigo intenta a análise da «idea» enquanto *datum* noético que não resulta unicamente de uma teoria da causalidade ou de uma teoria da verdade que lhe está subjacente (p. 84), mas aponta, antes, para uma percepção de que a ideia implica uma «fase intencional» da actividade mental do sujeito (p. 84). Neste ponto, o autor procura justificar uma certa similitude entre a prova única do «aliquid quo maius nihil cogitari potest» e a leitura da «Suprema verdade» enunciada no *De veritate*.

No quinto estudo o autor efectua uma leitura da significação e da forma lógica de um dos textos mais representativos a este respeito: o *De grammatico*. Este opúsculo tem merecido, por parte de alguns teóricos, opiniões pouco favoráveis sobre a formação lógica de Anselmo (p. 111). Mas este estudo sustenta a tese de que o Arcebispo de Cantuária desenvolve precisamente, neste opúsculo, uma «análise lógica semântica aprofundada e sofisticada», com o intento de verificar se a paronímia ou o denominativo *grammaticus* é uma substância ou uma qualidade (p. 112). Para isso, Anselmo confronta-se com a divergência de doutrinas sobre a paronímia: uma exposta por Aristóteles nas *Categorias*, que sustenta que *grammaticus* é uma qualidade, e a outra, a de Prisciano, que sustenta semanticamente que ela é uma substância. Anselmo tenta

conciliar estas duas doutrinas. Para isso, o autor deste estudo efectua uma análise sobre o uso dos argumentos falaciosos, de modo a poder justificar que eles servem metodologicamente para «diagnosticar e corrigir os argumentos falaciosos», como também, para apoiarem a formulação de doutrinas semânticas que são expostas na segunda parte do *De grammatico*.

O sexto estudo faz uma reflexão sobre a antropologia anselmiana, tendo em conta a característica constitutiva dos atos humanos, bem como as faculdades e o processo de conhecimento. O autor deste artigo afirma que não existe no conjunto das obras de Anselmo de Cantuária um «tratamento direto do homem», ainda que, quer as obras teológicas, quer as obras de cariz mais filosófico tratem, necessariamente, da natureza humana. Já quanto às obras que pretendem mostrar em que medida o homem é responsável pelos seus atos também aí se detecta uma antropologia teológica, alargando-se o horizonte da reflexão individual, para o âmbito de todo o género humano. É por esta razão que, segundo o autor deste estudo, são os motivos teológicos que instigam a uma investigação e a uma solução filosófica (p. 119). Para isso, Anselmo coloca em marcha uma razão (*ratio*) que revela a ampla capacidade da racionalidade nas suas múltiplas facetas: *voluntas*, *rectitudo*, *beatitudo*, *liberum arbitrium*, enquanto expoentes de uma razão que na sua máxima expressão humana são os dois polos da vontade racional (127). De seguida o autor faz uma avaliação da vontade querer a *rectitudo* no homem e sobre as consequências do realismo dos universais para as considerações antropológicas e metafísicas de Anselmo, relativamente ao pecado original e a sua propagação no género humano (pp. 131-139).

O sétimo estudo mantendo a continuidade da temática anterior, apresenta a concepção de castigo e da dignidade humana à luz do *Cur Deus Homo* de Anselmo. O autor deste artigo começa por determinar o *status quaestionis* relativamente à noção contemporânea de castigo (*punishment*) realçando o seu enfoque político, frequentemente desligado, actualmente, de qualquer justificação legal. Esta perspectiva tem sido mantida nos nossos dias, com graves consequências para o sistema penal vigente na maior parte do mundo (p. 143-144). O objectivo deste artigo visa, portanto, identificar alguns elementos sobre a noção de castigo na obra *Cur Deus Homo* de Santo Anselmo, de modo a ver se a consideração anselmiana do pecado, e consequentemente, da sua original concepção de Redenção, é verdadeiramente uma resposta satisfatória a este problema e enquanto forma de restituição da honra e da dignidade, quer para aquele que foi ofendido, quer para aquele que o cometeu (p. 150).

O oitavo estudo analisa, a partir também do *Cur Deus homo* e do *De casu diaboli* o carácter deontológico do pensamento de Anselmo. O autor chama a atenção para o facto do nome de Anselmo não figurar por entre o cânon dos teóricos morais, na história da filosofia moral. Na verdade, os críticos de Anselmo consideram que o seu pensamento não é, nem sistemático, nem original, nem de grande teor filosófico (p. 153). No entanto, alguns estudos recentes têm dado réplica a esta opinião generalizada, tentando mostrar que, apesar destas considerações serem reais, podemos, contudo, encontrar as ideias morais de Anselmo espalhadas em várias das suas obras. De facto, quando coligidas, podemos reconhecer aí, o que os filósofos morais actualmente consideram como os resultados de uma teoria ética, que inclui uma metafísica moral sofisticada, uma moral semântica, e por fim, uma moral psicológica (p. 153). Por isso mesmo é que para alguns

estudiosos de Anselmo há uma justificação para pensar que a sua teoria ética é «deontológica por natureza», na linha kantiana (p. 155). É no debate contemporâneo da distinção entre teorias éticas morais deontológicas e teleológicas que o pensamento ético de Anselmo se pode inscrever e confrontar. Neste sentido, a teoria ética anselmiana pode facilmente alinhar pelas teorias deontológicas, mas ela também concorda com a tradição eudaimonista, pois apresenta o amor de Deus como último fim e como algo a que toda a acção humana quer chegar (p. 155).

Já o nono estudo é dedicado à recepção da obra de Anselmo no pensamento de Duns Escoto. O autor deste estudo apresenta num primeiro momento, de forma clara e objectiva, a influência de Anselmo no pensamento de Duns Escoto, sobretudo, em matérias de índole teológica, como o pecado original, a concepção Imaculada da Virgem Maria e a doutrina da liberdade da vontade (p. 170). Num segundo momento, para além de demarcar, nos seus pontos cruciais, como a doutrina de Escoto se afasta da de Tomás de Aquino quanto às noções de *affectio iustitiae* e *affectio commodi*, justificando a proximidade doutrinal de Anselmo, acaba também por justificar, em particular, nos textos da *Ordinatio*, como a noção de vontade se filia na doutrina de Anselmo (p. 171). Por último, o autor do estudo apresenta uma leitura da presença do *Proslogion* no tratado *De primo principio* reproduzindo o argumento anselmiano na linguagem do doutor subtil e explicitando o sentido da *coloratio* do argumento.

Finalmente, o último estudo desta colectânea é dedicado à recepção do *doctor magnificus* em Calvino e no pensamento do teólogo contemporâneo Karl Barth. O autor deste artigo mostra a recepção de Anselmo em Calvino e em Karl Barth, justificando alguns aspectos comuns e diferentes da recepção dos dois teólogos distanciados no tempo (p. 197). De facto, regista-se apenas uma ou duas menções de Anselmo na *Institutio Christianae Religionis* de 1536, a primeira obra teológica de Calvino. Por esta razão, Anselmo não teve grande protagonismo no pensamento do grande reformador. De facto, o estudo do Arcebispo de Cantuária só merecerá uma maior atenção na Teologia evangélica do século XX, com F. Schleiermacher, e depois, com Karl Barth (p. 201). Karl Barth manterá uma confrontação (*Auseinandersetzung*) com o sistema de Anselmo, sendo considerado, pelo autor deste artigo, como a pedra basilar desse grande debate teológico entre Barth e Anselmo. No entanto, esse debate far-se-á sentir, particularmente, em obras posteriores, como na sua *Christlichen Dogmatik im Entwurf* e no livro sobre Anselmo, *Prova da existência de Deus de Anselmo em relação com o seu programa teológico*, de 1931, onde Barth mostra como encontrou nos escritos de Anselmo um pensador genial (p. 227) para a reflexão cristológica e de teodicéia.

A obra apresenta no final três índices, que são cada vez mais indispensáveis neste tipo de publicação. Contém um índice de autores antigos e medievais, um índice de autores modernos e um índice de matérias. Pena é que esta publicação contenha algumas gralhas que por vezes desfiguram alguns aspectos do texto, em particular, nos dois primeiros artigos.

INDICE: R. HOFMEISTER PICH, Preface and Acknowledgements (p. VII); R. HOFMEISTER PICH, Introduction: Anselm of Canterbury (1033-1109) – Philosophical Theology and Ethics (p. IX-XV); K. VIOLA: Evolution de la méthode anselmienne: les trois étapes (pp. 1-23); S. MAGNAVACCA, Anselmo of Aosta and Augustine's Attitude to

Philosophical Reflection (pp. 25-35); J. MÜLLER, Ontologischer Gottesbeweis? Zur Bedeutung und Function des unum argumentum in Anselm von Canterbury's Proslogion (pp. 37-71); R. HOFMEISTER PICH, Anselm's «Idea» and Anselm's Argument (pp. 73-110); G. WYLLIE, Signification et forme logique dans le De grammatico d'Anselme de Cantorbéry (pp. 111-118); J. M. COSTA MACEDO, Trazos de una antropologia anselmiana (pp. 119-1142); A. S. CULLETON, Punishment and Human Dignity in the Cur Deus Homo by Anselm of Canterbury (1033-1109), (pp. 143-151); M. TRACEY, De casu diaboli and the Deontological Character of Anselm's Moral Thought (pp. 153-168); L. A. DE BONI, Saint Anselm and Duns Scotus (pp. 169-195); G. K. HASSELHOFF, Anselm bei Johannes Calvin und Karl Barth: Gemeinsamkeiten und Unterschiede der Rezeptionsweise (pp. 197-228).

Maria Manuela Brito Martins
(Universidade Católica Portuguesa – Porto)